



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



**Habeas Corpus nº:**

**0199022-1**

Comarca Origem:

Sertânia -- Vara Única

Impetrante:

Gislânia da Conceição Cordeiro

**Paciente:**

**Gislânia da Conceição Cordeiro**

093

Desembargador Relator:

Des. Mauro Alencar de Barros

Procurador de Justiça:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

Órgão Julgador:

2ª Câmara Criminal

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. ROUBO. FORMAÇÃO DE QUADRILHA. PRISÃO PREVENTIVA. MULTIPLICIDADE DE RÉUS. COMPLEXIDADE DO FEITO. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. ORDEM DENEGADA.**

- 5459
1. No caso *sub examine*, a instrução criminal está seguindo sua tramitação dentro da normalidade e em conformidade com os critérios razoabilidade exigidos pela jurisprudência, de modo que não resta caracterizado o constrangimento ilegal dos pacientes. Observa-se, inclusive, que o feito vem sendo devidamente impulsionado, tendo sido remetido e apreciado o pedido de revogação da prisão preventiva pelo Mutirão Carcerário.
  2. Outra consideração a ser feita, como ressaltado pela D. Procuradoria de Justiça, é o número de denunciados, uma vez que a paciente fora denunciada com outras três pessoas, tal como se observou em consulta ao sítio eletrônico deste TJPE.
  3. Não se pode olvidar que o prazo de 81 dias para conclusão da instrução criminal, quando se tratar de réu preso, não é absoluto, devendo-se ponderar se há ou não excesso de prazo razoável, o que, *in casu*, não é observado.
  4. Unanimemente, denegou-se a ordem.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 0199022-1, da Comarca de Sertânia, em que figura como paciente, **Gislânia da Conceição Cordeiro**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade** votos, em denegar a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

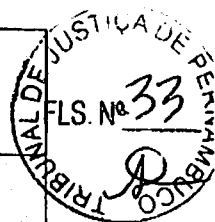
Recife, 16 de dezembro de 2009.

**Des. MAURO ALENCAR DE BARROS**

**Relator**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



**Habeas Corpus nº:**

**0199022-1**

094

**Comarca Origem:**

Sertânia -- Vara Única

**Impetrante:**

Gislânia da Conceição Cordeiro

**Paciente:**

**Gislânia da Conceição Cordeiro**

**Desembargador Relator:**

Des. Mauro Alencar de Barros

**Procurador de Justiça:**

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**Órgão Julgador:**

2ª Câmara Criminal

## RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus* liberatório ajuizado pela própria paciente **Gislânia da Conceição Cordeiro**, apontando como autoridade coatora o Exmo. Sr. Juiz da Vara Única da Comarca de Sertânia, autoridade esta que decretou a prisão preventiva da paciente. Objetiva-se, em sede de liminar e no mérito, a concessão da ordem para expedição do alvará de soltura em favor da paciente, sob alegação de estar sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Aduz que está recolhida à Colônia Penal de Buíque – PE, por força do decreto de prisão preventiva.

Juntou documentos de fls. 04/05.

Indeferido o pedido de liminar, solicitou-se informações a autoridade apontada como coatora.

Informações, às fls. 20, onde a autoridade dita coatora esclareceu que o processo se encontrava em poder do Mutirão Carcerário do município de Pesqueira, motivo pelo qual o MM Juiz informou que, em consulta ao sistema JUDWIN, foi constatado que foi apreciado e indeferido, no mutirão, o pedido de revogação de prisão preventiva da paciente.

O parecer da D. Procuradoria de Justiça opina pela denegação da ordem.

É o Relatório.

Recife, 16 de dezembro de 2009

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros**



**Habeas Corpus nº:**

**0199022-1**

095

**Comarca Origem:**

Sertânia -- Vara Única

**Impetrante:**

Gislânia da Conceição Cordeiro

**Paciente:**

**Gislânia da Conceição Cordeiro**

**Desembargador Relator:**

Des. Mauro Alencar de Barros

**Procurador de Justiça:**

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**Órgão Julgador:**

2ª Câmara Criminal

**VOTO DO RELATOR**

Aduz a impetrante que está recolhida à Colônia Penal de Buíque – PE, desde 06/08/2008, por força de decreto de prisão preventiva, sem que até o momento tenha sido julgada.

Requeru, então, a concessão da ordem, e expedição de alvará de soltura por excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal.

Como se observa, foram acostados pela paciente os documentos de fls. 04/05. Entre eles, o Mandado de Prisão, no qual se observa que a paciente fora denunciada como incurso nas penas do art. 121, §2º, II e IV, art. 157, §2º, I, II e III, art. 288, caput, c/c art. 29, todos do Código Penal.

Pois bem.

Em consulta ao sítio eletrônico deste TJPE, constata-se, das informações constantes desse, que a paciente fora denunciada juntamente com outros três acusados. Neste, também se deve atentar os termos da decisão na qual foi indeferido o pedido de revogação da prisão preventiva da paciente, apreciado pelo Mutirão Carcerário da cidade de Pesqueira.

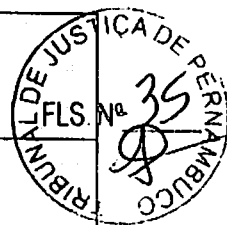
Colaciono, abaixo, trecho da referida decisão:

"De início, é de observar-se que o decreto de prisão fundamentou-se na existência dos indícios suficientes da autoria do delito, além da prova da existência do crime, consoante decisão de fls. 159/160, além de a medida se justificar como garantia da ordem pública, diante da ameaça de os denunciados voltarem a delinquir, em razão da gravidade do delito em referência.

De acordo com a prova até então colhida, não houve qualquer fato que pudesse contrariar a fundamentação da decisão prolatada pelo magistrado



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros**



096

presidente do feito, o que demonstra não ser razoável a permanência dos denunciados em liberdade, não obstante ser esta a regra do processo penal. Posto isso, por entender que ainda restam presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva, indefiro o pedido de sua revogação, com fundamento no artigo 312 do CPP".

Assim, como bem ressaltado pela D. Procuradora de Justiça é de se observar a multiplicidade de réus existente no referido processo, necessitando, por esta razão, de prazo razoável para se concluir a instrução criminal, não sendo possível ter os prazos processuais como rígidos e aritméticos, principalmente em relação a fato delituoso desta complexidade.

Ademais, do que se observa dos andamentos processuais constantes do sistema JUDWIN, o feito vem sendo devidamente impulsionado, inclusive, tendo sido remetido e apreciado o pedido de revogação da prisão preventiva pelo Mutirão Carcerário.

Não se pode olvidar que o prazo de 81 dias para conclusão da instrução criminal, quando se tratar de réu preso, não é absoluto, conforme se depreende do seguinte aresto do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PORTE ILEGAL DE ARMA. RESISTÊNCIA. PRISÃO EM FLAGRANTE. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA.

I - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando mera soma aritmética de tempo para os atos processuais (Precedentes do STF e do STJ).

II - Dessa forma, o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando houver demora injustificada (Precedentes).

III - No caso em tela, a ação penal vem se desenvolvendo regularmente, em observância aos prazos legais, não havendo que se falar, por ora, em eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Ordem denegada.

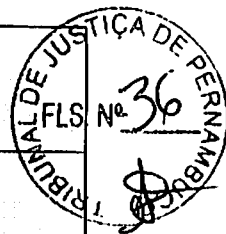
(HC 124.739/CE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 24/03/2009, DJe 27/04/2009)

Vê-se, assim, que a instrução está prosseguindo normalmente dentro dos padrões de razoabilidade exigidos pela jurisprudência, de modo que não se pode considerar que há o excesso de prazo referido pelo impetrante.

Inclusive, observa-se que a decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva da paciente, fora devidamente fundamentada na necessidade de garantia



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



097

da ordem pública, não se observado, deste modo, nenhum constrangimento ilegal sofrido pela paciente.

Ante todo o exposto, acompanhando a D. Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 16 de dezembro de 2009.

**Des. Mauro Alencar de Barros**  
Relator